

**AO JUÍZO CÍVEL, DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA CIRCUNSCRIÇÃO
JUDICIÁRIA DE XXXX/DF.**

FULANA DE TAL, nacionalidade, profissão, filiação, RG: XXX - SSP/XX, CPF: XXXXX, residente e domiciliada em XXXXXXXX, CEP: XXXX, telefone (XX) XXXXX, e-mail: XXXXXXXX, e **FULANO DE TAL**, nacionalidade, profissão, filiação, RG: XXX - SSP/XX, CPF: XXXXX, residente e domiciliada em XXXXXXXX, CEP: XXXX, telefone (XX) XXXXX, e-mail: XXXXXXXX, vêm perante Vossa Excelência, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, propor a presente

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL

pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA:

Inicialmente, os acordantes declaram-se **hipossuficientes** na forma da lei, tendo em vista não terem condições de arcar com as custas e demais despesas processuais sem prejuízo próprio e/ou de sua família.

Motivo pelo qual requer preliminarmente, os benefícios da gratuidade judiciária, nos moldes do art. 3º da Lei 1.060/50, tendo em vista enquadrarem-se na situação legal prevista para sua concessão, conforme o art. 4º da Lei 1.060/50 e artigo 98 *caput* e §§ 1º e 5º do Código de Processo Civil.

II. DO TERMO DE ACORDO:

Os Acordantes firmam livre e espontaneamente a composição extrajudicial anexa. E por estarem de acordo com o que dispõe no documento anexo, desejam, por livre vontade, ratificá-lo, solicitando a pertinente **homologação judicial**, para que surtam todos os efeitos legais.

III. DOS PEDIDOS:

Diante do exposto, requer:

- a) Que sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita, por serem os acordantes economicamente hipossuficientes, conforme declarações anexas, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil;
- b) A oitiva do Ilustre Representante do Ministério Público;
- c) Que seja determinada a realização da pensão alimentícia por meio de desconto em folha de pagamento;
- d) A homologação do presente Acordo, nas condições pactuadas entre as partes, para que surtam os efeitos judiciais e legais.

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, notadamente, documental e testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ XXXXX (XXXXXXXXX).

Nesses termos,

Pede deferimento.

Brasília (DF), XX de XX de XXX

1º Parte
CPF: XXXXX

2º Parte

CPF: XXXXX

DEFENSOR PÚBLICO

MEDIADORA